



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas / Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEF/SISEMA

Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde
Secretaria Executiva

Ata da 27ª Reunião do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde

1. Aos quatorze dias do mês de novembro de 2012, realizou-se, no Plenarinho do
2. Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), 5º andar, localizado à Rua Espírito
3. Santo, 495, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, a 27ª Reunião Extraordinária do
4. Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde (CEBV), onde estiveram presentes os
5. membros do colegiado ou seus representantes oficiais, Eduardo Antônio Arantes do
6. Nascimento (Fetaemg), Ênio Resende de Souza (Emater), Ennia Rafael de Oliveira
7. Guedes (Faemg), Jefferson Penellas Amaro (IEF), Rogério Lellis Barbosa (Iter),
8. Thiago Zandona Vasconcellos (SEERF) pela Secretaria Executiva do Programa Bolsa
9. Verde (SEBV), Antônio Freire Jardim (IEF), Carlos José Andrade Silveira (IEF),
10. Fernanda Teixeira Silva (IEF), Gabriela Gomes Pires (IEF) e Maria das Graças de
11. Barros Rocha (IEF), e, como convidados, Elisa de Almeida Gonçalves (Semad),
12. Felipe Pereira de Queiroz (Artta), Luís Felipe Leite Quadros (Igam), Silas Roberto M.
13. Vilela (Iter). Instituições ausentes: Igam.
- 14.
15. O Presidente do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde (CEBV) e representante
16. titular do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Jefferson Penellas Amaro, abriu a
17. Reunião e apresentou os itens previamente enumerados na convocação
18. anteriormente enviada.
- 19.
20. Eduardo Nascimento (Fetaemg), antes de iniciar as discussões e deliberações,
21. informou que uma série de organizações da sociedade civil, organizadas na Frente
22. Mineira pela Biodiversidade, havia redigido um documento (anexo a esta ata)
23. endereçado ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
24. Sustentável, Adriano Magalhães Chaves, solicitando esclarecimentos quanto ao
25. contingenciamento de recursos que restringiu a utilização de ações do orçamento
26. ambiental estadual. Segundo o membro do colegiado, o uso de recursos do Fundo de
27. Proteção, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do
28. Estado de Minas Gerais (Fhidro), um fundo público, e da compensação ambiental,
29. depositado em conta recursos especiais a aplicar, não poderiam ser contingenciados.
- 30.
31. Jefferson Amaro respondeu que havia tomado conhecimento do envio dessa
32. correspondência ao Sisema, mas não havia tido acesso a ela e também não tinha
33. informações a respeito de possíveis respostas. Ele acrescentou que buscava verificar
34. se havia algum posicionamento a respeito e repassaria aos representantes do
35. Comitê.
- 36.
37. Eduardo Nascimento argumentou também que a proposta levada pelo IEF ao
38. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar
39. (Cedraf) de criação de outro programa de pagamento por serviços ambientais voltado
40. à agroecologia não deveria ser a diretriz adotada. De acordo com ele, nos critérios
41. atualmente vigentes para a seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Verde
42. constam alguns atinentes ao tema e que podem servir para valorizar os proprietários
43. e posseiros que apresentam essas práticas em suas áreas.
- 44.
45. Segundo Jefferson Amaro, o IEF, na verdade, havia levado um plano de trabalho para
46. a discussão e não uma proposta propriamente dita, a qual ainda não estava definida e
47. que o objetivo era buscar mecanismos para remunerar os sistemas de produção com
48. práticas agroecológicas. Ele acrescentou ainda que essa seria uma iniciativa a ser
49. desenvolvida mais adiante, cabendo para o primeiro momento a apresentação do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas / Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEF/SISEMA

Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde
Secretaria Executiva

50. plano de trabalho, como havia ocorrido, em atendimento a uma meta prevista no
51. Projeto Estratégico Conservação da Mata Atlântica, Cerrado e da Caatinga.
52.
53. Respondidas essas questões, procedeu-se ao cumprimento do primeiro item de
54. pauta, que versava sobre a discussão e deliberação das solicitações apresentadas
55. em 2011. Maria das Graças de Barros Rocha, Gerente de Incentivos Econômicos à
56. Sustentabilidade do IEF, informou que, naquele ano, a SEBV havia recebido 2.769
57. solicitações, das quais 1.913 receberam recomendações favoráveis, 856
58. desfavoráveis e aconteceram 3 desistências.
59.
60. Sobre esse item, Ennia Guedes (Faemg) indagou quantas foram elaboradas pelo IEF
61. e quantas foram realizadas pelas instituições parceiras, o que Graça Rocha se
62. comprometeu a informar até a reunião seguinte.
63.
64. A Gerente de Incentivos Econômicos à Sustentabilidade acrescentou que uma das
65. razões para as recomendações desfavoráveis foi a ausência de arquivo digital nos
66. processos devido ao não envio dos mesmos. Ennia Guedes solicitou, então, que
67. fossem apontados os motivos pelos quais os arquivos não teriam sido remetidos ao
68. IEF.
69.
70. Registrada essa demanda, Graça Rocha destacou que, embora o número de
71. solicitações sem recomendação favorável alcançasse aproximadamente trinta e um
72. por cento, a área pleiteada e que não se encontrava em condições de aprovação
73. correspondia a 10,49%. Por outro lado, em números absolutos, a área passível de
74. pagamento, em caso de aprovação, poderia chegar a 62.146 hectares. Por esses
75. resultados, ela ressaltou a melhora dos processos enviados pelos Escritórios
76. Regionais e instituições parceiras tanto no que tange aos arquivos digitais como à
77. correta instrução do processo, com os documentos requeridos.
78.
79. Segundo Rocha, contribuíram para a conclusão do processo de análise técnica e a
80. melhoria desse cenário a análise das imagens de satélite eminentemente pela
81. Gerência de Monitoramento da Vegetação Nativa e da Biodiversidade (GMVBio) com
82. a complementação das análises pela própria SEBV, diferentemente do ano anterior
83. em que houve também a distribuição de processo ao Centro de Desenvolvimento
84. Florestal (Cedef), o que dificultou um pouco a padronização das análises.
85.
86. Para aperfeiçoar ainda mais esse processo, Graça Rocha frisou a necessidade de
87. promover capacitação de técnicos para o envio de arquivos melhor elaborados,
88. enquanto Carlos José Andrade Silveira (IEF) lembrou que algumas imprecisões
89. ocorrem devido ao uso de receptores GPS de navegação e não GPS Geodésicos e,
90. por isso, áreas pequenas poderiam apresentar alguma diferença no momento da
91. conferência.
92.
93. Do total de solicitações enviadas, a soma das áreas com recomendação favorável das
94. solicitações de proprietários e posseiros prioritários alcança 49.775 ha, o que significa
95. 79,24% da área total pleiteada.
96.
97. Fernanda Teixeira (IEF) destacou as propostas coletivas apresentadas por
98. assentamentos e que, em muitos casos, como no Assentamento Santa Helena, em
99. Buritizeiro, município do Norte de Minas, todos os participantes haviam acordado da
100. área da reserva legal ser dividida igualmente independentemente do tamanho do lote



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas / Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEF/SISEMA

Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde
Secretaria Executiva

101. de cada um. Em alguns casos, no entanto, a área pleiteada para o Programa Bolsa Verde incluía as áreas de preservação permanente, o que, a princípio, não deveria ocorrer, uma vez que as áreas dos lotes seriam destinadas à exploração produtiva.
- 102.
- 103.
- 104.
105. Eduardo Nascimento solicitou ainda que, para fins de conhecimento das propostas coletivas, a SEBV informasse o número de processos coletivos de assentamentos do número de outras propostas coletivas bem como a disponibilização dos arquivos com as áreas das propriedades (lotes) aprovados.
- 106.
- 107.
- 108.
- 109.
110. Jefferson Amaro afirmou que, a fim de aprimorar a divulgação das informações do Bolsa Verde, seria incluído como ponto de pauta na reunião seguinte a discussão sobre a utilização dos meios de comunicação.
- 111.
- 112.
- 113.
114. Ao ser questionada a publicação dos aprovados, Eduardo Nascimento afirmou que, independentemente da data do pagamento dos benefícios, a presença do colegiado naquela data atendia ao compromisso de aprovar as solicitações favoráveis e, portanto, a publicação deveria ocorrer imediatamente.
- 115.
- 116.
- 117.
- 118.
119. Colocadas em deliberação, a plenária aprovou todas as solicitações com recomendação favorável pela Secretaria Executiva, cuja relação está acima discriminada.
- 120.
- 121.
- 122.
123. Jefferson Amaro concluiu a discussão do primeiro item informando que, no dia 19 de novembro, ocorreria reunião entre as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e de Planejamento e Gestão (Seplag) para a definição a respeito de datas para descentralização de cotas orçamentárias para o pagamento da segunda parcela dos processos de 2010 e a primeira dos processos de 2011.
- 124.
- 125.
- 126.
- 127.
- 128.
- 129.
130. O segundo item de pauta, iniciado em seguida, disse respeito à discussão e deliberação sobre os Laudos de Visita Técnica visando ao pagamento da 2ª parcela dos benefícios referentes às solicitações apresentadas em 2010. Conforme explanação de Fernanda Teixeira, dos 933 benefícios pagos aos contemplados do primeiro ano, o que não inclui os 29 beneficiados após a aprovação dos recursos administrativos publicada em novembro, 753 haviam sido reavaliados.
- 131.
- 132.
- 133.
- 134.
- 135.
- 136.
137. Com os Laudos de Visita Técnica na SEBV, pode-se observar alguns problemas nas áreas para as quais havia sido pago pela prestação de serviços ambientais, como áreas um pouco a menor (59 delas) ou a maior pagas e outras integral ou parcialmente queimadas. Nesse último caso, constataram-se duas áreas totalmente afetadas pela ação indiscriminada de fogo, para cujos eventos foi registrado boletim de ocorrência (BO). A sugestão de Teixeira, corroborada por Carlos Silveira, foi de que áreas com mais de 50% de área queimada fossem retiradas da modalidade de manutenção da cobertura vegetal nativa e incluídas na modalidade de recuperação da cobertura vegetal nativa, inaugurando-a assim em 2013.
- 138.
- 139.
- 140.
- 141.
- 142.
- 143.
- 144.
- 145.
- 146.
147. Ennia Guedes (Faemg) sugeriu que fosse tratado caso a caso e que, como sugeriu Eduardo Nascimento, os beneficiários cujas áreas se enquadrassem nessa situação fossem convidados para comparecer à reunião seguinte e explicar o que teria motivado o incêndio, se haviam sido tomadas providências para evitar tal acontecimento.
- 148.
- 149.
- 150.
- 151.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas / Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEF/SISEMA

Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde
Secretaria Executiva

152.
153. Fernanda Teixeira informou também que a redução de algumas das áreas se devia ao
154. fato de que haviam sido considerados fragmentos em estágio inicial de regeneração,
155. caso de algumas propriedades vistoriadas pela Associação pelo Meio Ambiente de
156. Juiz de Fora (AMAJF), instituição parceira do IEF na operacionalização do Programa,
157. e que os havia aceito da mesma forma que ocorria no convênio já executado com o
158. IEF, no âmbito do Promata. A plenária solicitou que a associação também fosse
159. convidada para esclarecer esse assunto. De qualquer forma, Fernanda Teixeira
160. informou que 32 Termos de Cooperação Mútua deveriam ser refeitos com os valores
161. a serem pagos a menos. Eduardo Nascimento solicitou, então, que os beneficiários
162. fossem informados oficialmente acerca dos motivos da redução.
163.
164. Jefferson Amaro indagou sobre a data da reunião seguinte do colegiado e Eduardo
165. Nascimento sugeriu que ela ocorresse na primeira semana de dezembro, o que foi
166. consensuado pela plenária.
167.
168. Discutidos esses assuntos, Jefferson Amaro agradeceu a participação dos presentes
169. e encerrou a reunião.
170.
171. Lavrado Por: _____
172.
173. Com comum acordo dos presentes:
174.
175. Antônio Freire Jardim _____
176. Carlos José Andrade Silveira _____
177. Eduardo Antônio Arantes do Nascimento _____
178. Elisa de Almeida Gonçalves _____
179. Ênnia Rafael de Oliveira Guedes _____
180. Ênio Resende de Souza _____
181. Felipe Pereira de Queiroz _____
182. Fernanda Teixeira Silva _____
183. Gabriela Gomes Pires _____
184. Jefferson Penellas Amaro _____
185. Luís Felipe Leite Quadros _____
186. Maria das Graças de Barros Rocha _____
187. Rogério Lellis Barbosa _____
188. Silas Roberto M. Vilela _____
189. Thiago Zandona Vasconcellos _____
190. _____
191. _____
192. Belo Horizonte, 14 de novembro de 2012.